



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
Secretaria Executiva  
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

**ATA**

## **289ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

Videoconferência

**Brasília, 26 de maio de 2022**

**ATA DA 289ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS**

**DATA:** 26 de maio de 2022

**LOCAL:** Microsoft *Teams* – Videoconferência

## **PRESENÇAS**

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
SPREV/MTP – Marina Brito Battilani	CUT – Ariovaldo de Camargo
SPREV/MTP – Rogério Nagamine Costanzi	CONTAG – Evandro José Morello
INSS – Sebastião Faustino de Paula	
MTP – Benedito Adalberto Brunca	
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	
FEA-USP – José Roberto Ferreira Savoia	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Paulo Augusto Ferreira Bouças
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	CNT – Brunno Batista Contarato

<b>Palestrantes/Convidados</b>	
SPMF/SPREV/MTP – Álvaro Friderichs Fagundes	INSS – Jobson de Paiva Silveira Sales
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	SPREV/MTP – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza
SPREV/MTP – Adriana Bezerra Santos	INSS – Reginaldo Jose dos Santos
SPREV/MTP – Andrea Velasco Rufato	ASCOM/MTP – Talita Lorena
UGT – Francisco Canindé Pegado do Nascimento	ANEPS – Wesley Santos Cambui

## **1 I – ABERTURA**

- 2 Presidindo a mesa, o **Conselheiro Benedito Adalberto Brunca** abriu a 289ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
- 3 Previdência Social (CNPS) E, Em seguida, deu posse à nova conselheira, a Sra. Marina Brito Battilani, Secretária de

4 Previdência, como membro titular, representante da SPREV/MTB. Realizada breve manifestação pela nova conselheira, o  
5 **Conselheiro Sebastião Faustino de Paulo** apresentou a Presidente Substituta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),  
6 Sra. Larissa Andrade Mora, a qual desejou um bom trabalho a todos. Na sequência, o **Sr. Presidente** registrou a ausência  
7 justificada do Sr. Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, que estaria em agenda em Natal/RN.

## 8 II – EXPEDIENTE

9 O **Sr. Presidente** colocou em apreciação e aprovação a Ata da 288ª Reunião Ordinária do CNPS e informou o envio, aos  
10 conselheiros, das Memórias das 7ª, 8ª e 9ª Reunião do GT Crédito Consignado, para conhecimento e acompanhamento  
11 dos debates. Havendo a concordância de todos, a Ata foi aprovada à unanimidade.

## 12 III – ORDEM DO DIA

13 O **Sr. Presidente** socializou a pauta da reunião: I – Abertura; II – Expediente: 1) Aprovação da Ata da 288ª RO CNPS; 2)  
14 Informe sobre as Memórias da 7ª, 8ª e 9ª Reunião do GT Crédito Consignado; III – Ordem do Dia: 1) Acordos com as  
15 categorias de Peritos Médicos Federais da Subsecretaria da Perícia Médica Federal e dos servidores do INSS sobre o  
16 retorno ao trabalho. Apresentação: Marina Battilani, Secretária de Previdência (SPREV/MTP) e Sebastião Faustino de  
17 Paula, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (INSS); 2) Gestão para os atendimentos periciais e  
18 administrativos aos segurados do INSS. Apresentação: Marina Battilani, Secretária de Previdência (SPREV/MTP), Álvaro  
19 Friderichs Fagundes, Subsecretário de Perícia Médica Federal (SPMF/SPREV/MTP) e Sebastião Faustino de Paula, Diretor  
20 de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (INSS); 3) Apresentação dos resultados sobre o Acordo Judicial com MPF  
21 e DPU sobre prazos de concessão. Apresentação: Sebastião Faustino de Paula, Diretor de Benefícios e Relacionamento  
22 com o Cidadão (INSS); IV – Informes; V – Encerramento. O **Conselheiro Arioaldo de Camargo** pediu questão de ordem e  
23 sugeriu que fosse acrescentado à pauta item sobre o funcionamento do CNPS. Aprovada a sugestão, deliberou-se que o  
24 item seria apreciado ao final da reunião. Instado o primeiro ponto de pauta: Acordos com as categorias de Peritos Médicos  
25 Federais da Subsecretaria da Perícia Médica Federal e dos servidores do INSS sobre o retorno ao trabalho, o **Sr. Presidente**  
26 convidou a Secretária de Previdência e o Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS para realizarem  
27 suas considerações. Inicialmente, a **Conselheira Marina Brito Battilani** concedeu a palavra ao Subsecretário de Perícia  
28 Médica Federal, **Sr. Álvaro Friderichs Fagundes**, que discorreu sobre a assinatura do acordo para finalização do movimento  
29 paredista da Perícia Médica Federal, iniciado no dia 30 de março de 2022. Salientou que todos os Peritos Médicos Federais  
30 retornaram ao trabalho em 23 maio de 2022, e que os serviços estariam normalizados em sua plenitude. Explicou que o  
31 acordo previu o atendimento de alguns pontos solicitados pelos grevistas, os quais foram ajustados. Acrescentou que foi  
32 elaborado um plano para recuperação dos dias não trabalhados, associado às novas medidas previstas na Medida  
33 Provisória nº 1.113/2022, com o propósito de redução do estoque formado. No tocante ao estoque acarretado pela greve,  
34 bem como pelo período de pandemia, informou preocupação, mas que a expectativa era de conclusão do retorno à  
35 normalidade, em 90 dias. Na sequência, a **Conselheira Marina Battilani** complementou que os termos do acordo de  
36 compensação de horas trouxeram o comprometimento da categoria em repor as horas não trabalhadas. Acrescentou que  
37 estão trabalhando na viabilização da análise documental, sem o laudo conclusivo do perito, o que auxiliaria na redução da

38 fila existente nas localidades onde não há, ou tenham poucos peritos. O **Sr. Álvaro Fagundes** destacou que estariam sendo  
39 implementadas três medidas para diminuição da fila existente: a análise da conformação da documentação médica  
40 apresentada sem a necessidade da presença do segurado; realização de perícia médica por meio de teleavaliação; e a  
41 previsão de execução de perícias extraordinárias. Prosseguindo, o **Conselheiro Sebastião Faustino** passou a palavra ao  
42 Diretor de Gestão de Pessoas (INSS) para contextualização sobre o acordo com os servidores administrativos. O **Sr. Jobson**  
43 **de Paiva Silveira Sales** informou que o acordo para finalização da greve dos servidores administrativos do INSS foi assinado  
44 no dia 23 de maio de 2022. Registrou que houve adesão média de 2 mil servidores à greve, causando a redução de 20%  
45 da produção em relação à comumente observada. Por fim, explanou que no acordo foi firmada a compensação das horas  
46 não trabalhadas prioritariamente com a produção de processos. O **Sr. Presidente** agradeceu a apresentação e abriu espaço  
47 para manifestações. A **Conselheira Tônia Andrea Inocentini Galleti** inicialmente divulgou o Livro “Uma breve História da  
48 Previdência Social” escrito pelo Sr. Jobson Sales e, em sequência, questionou qual seria o estoque de perícias, sendo  
49 esclarecido que esse assunto seria tratado no próximo ponto de pauta. Não havendo mais manifestações, instou-se o  
50 segundo ponto: Gestão para os atendimentos periciais e administrativos aos segurados do INSS. Inicialmente, o **Sr. Álvaro**  
51 **Fagundes** informou que a perícia médica também seria realizada por meio de atendimento presencial e que os processos  
52 seriam disponibilizados de forma nacional para todos os peritos. Acrescentou que serão configuradas agendas maiores,  
53 em contraturno, para reposição da pontuação e do trabalho não realizado, assim como mutirões de atendimento de  
54 perícia médica aos finais de semanas. Explanou que essas medidas, junto com as demais já elencadas, propiciariam o  
55 aumento da capacidade operacional individual de cada perito, com expectativa de conclusão do trabalho em 90 dias para  
56 retorno à normalidade. Em resposta ao questionamento da Conselheira Tônia Galleti, informou a existência de um milhão  
57 de requerimentos para perícia médica aguardando análise, dentre os quais contava-se 450 a 500 mil agendamentos em  
58 condições normais. A **Conselheira Marina Battilani** acrescentou que as faltas ocorridas, em virtude do movimento de  
59 greve, foram descontadas da remuneração dos peritos e que o acordo tinha a previsão de devolução dos valores  
60 descontados, desde que houvesse a compensação das horas não trabalhadas. O **Sr. Presidente** observou que a greve teve  
61 cerca de 50% de adesão, o que foi endossado pelo **Sr. Álvaro Fagundes** que ponderou que a adesão estava em torno de  
62 40% antes da assinatura do acordo. Dando continuidade, o **Conselheiro Sebastião Faustino** postulou que havia cerca de  
63 800 mil benefícios por incapacidade represados em março de 2022 e que, após a declaração da greve, esse número  
64 aumentou para cerca de 1,1 milhão de benefícios, totalizando um incremento em torno de 20%. Arrazoou que, com a nova  
65 medida provisória, que permitiu o pagamento de bônus, a força de trabalho estaria sendo redistribuída e seria adicionado  
66 percentual, além da carga normal de pontuação. Externou a expectativa de agilidade na análise por parte da perícia, e da  
67 implementação efetiva do benefício, tão logo fosse efetivada a medida provisória que permite a análise documental.  
68 Comunicou a reabertura do Programa de Gestão para adesão dos servidores, inclusive, para anuir à opção de recebimento  
69 do bônus. Finalizada a apresentação, abriu-se espaço para manifestações. O **Conselheiro Evandro José Morello** ponderou  
70 que deveriam reconhecer o esforço do INSS para responder os desafios existentes e comentou sobre a diminuição drástica  
71 do quadro de servidores nos últimos anos. Relatou que o serviço tecnológico é necessário e importante, todavia, não  
72 resolveria o problema do INSS. Protestou sobre a falta de sinalização do governo federal em resolver o problema e pontuou

73 que os servidores estariam sobrecarregados, o que geraria várias situações, como por exemplo, o indeferimento de  
74 benefícios indevidamente, pela falta de análise diante da sobrecarga. Salientou que o CNPS deveria discutir o problema  
75 estrutural existente no atendimento do INSS, e externou preocupação quanto à questão orçamentária, especialmente, em  
76 relação ao veto do Presidente da República sobre o valor de R\$ 988 milhões aprovado inicialmente. Lamentou a situação  
77 existente em termos de atendimento e pontuou que o governo federal não deu prioridade necessária à questão social,  
78 quem tem se agravado. O **Sr. Presidente** esclareceu que o governo federal vem reiterando o seu compromisso com relação  
79 às demandas e afirmou que o MTP fez tratativas com o Ministério da Economia para a realização de concursos públicos,  
80 todavia, não se obteve as autorizações. Discorreu que poderia ser realizada a apresentação de dados referentes as outras  
81 ações no âmbito da governança realizadas para melhoria de fluxo, automação de processos, concessão de bônus e  
82 qualificação dos servidores, para demonstrar que não haveria falta de demanda sobre o tema. Quanto à questão  
83 orçamentária, explanou que houve demandas na elaboração do orçamento e conseguiram a alocação de cerca de R\$ 988  
84 milhões para atender à solicitação do INSS. Discorreu sobre a realização de Junta Especial Orçamentária na última semana,  
85 na qual foi reapresentado o pedido de recomposição orçamentária do montante inicialmente solicitado, porém não  
86 ocorrendo a recomposição, somente se preservando o orçamento aprovado. O **Conselheiro Sebastião Faustino** arrazoou  
87 que conseguiram diminuir mais de 100 mil benefícios por mês, por meio do esforço iniciado. Informou que área de  
88 planejamento do Ministério da Economia autorizou a realização de concurso para mil vagas exclusivas para a concessão  
89 de benefícios. O **Sr. Presidente** observou que o número de vagas disponibilizadas foi aquém do necessário, mas que  
90 contribuiria efetivamente para o processo de metas a ser alcançada, devido a possibilidade de alocação do servidor nas  
91 áreas de maior necessidade, com as novas metodologias de gestão adotadas pelo INSS. O **Sr. Francisco Canindé Pegado**  
92 **do Nascimento** comentou que todos têm ciência dos esforços depreendidos pelos servidores e pela área do Ministério do  
93 Trabalho e Previdência para realização de concurso, entretanto, os números apresentados demonstram o crescimento do  
94 estoque de processos. Pontuou que seria necessário potencializar a unidade de ação para conseguir a autorização para o  
95 concurso público a fim de minimizar os problemas existentes. O **Sr. Presidente** registrou que os membros do CNPS têm  
96 debatido, com seriedade, nos momentos de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos demais momentos de  
97 retorno do tema ao Conselho, inclusive, nas discussões enquanto instituições articuladas com representação no Congresso  
98 Nacional. Diante esse aspecto, rememorou que conseguiram recompor a LOA em 2022, e que o importante é não desistir  
99 e continuar lutando, no Conselho e nas outras esferas, para garantir o atendimento à população. O **Conselheiro Ariovaldo**  
100 **de Camargo** explanou que a realização de ação pelas centrais sindicais, para recomposição do orçamento e para realização  
101 de concurso público, poderia trazer a impressão de que estariam em oposição ao governo. Sugeriu que o CNPS realizasse  
102 uma ação concreta no sentido de aprovar um documento a ser encaminhado ao Ministério da Economia e ao Congresso  
103 Nacional, solicitando a recomposição orçamentária, para o fiel funcionamento do INSS e a abertura de concurso público  
104 imediato. O **Sr. Presidente** sintetizou a proposta apresentada e destacou a relevância de sinalizar, ao governo e a outras  
105 esferas de poder, as demandas do Conselho. Explicou que esse tipo de registro, bem como as atas, estão sendo utilizadas  
106 na elaboração de notas técnicas internas, que apontariam o posicionamento do CNPS. Ressaltou que a recomposição da  
107 LOA em 2022 facilitaria muito a discussão para liberação dos valores contingenciados. A **Conselheira Tônia Galleti** reforçou

108 as explanações anteriores e a sugestão de elaboração de recomendação ao Ministério da Economia, ao Congresso  
109 Nacional, e à Presidência da República, com vistas à sensibilização para que o orçamento e as Políticas Públicas da  
110 Seguridade Social fossem tratados como medida de Estado. Discorreu que, embora seja excelente a notícia de aprovação  
111 de mil vagas em concurso público, ainda assim haveria defasagem de mais de 15 mil servidores. Parabenizou os servidores  
112 públicos pelos esforços realizados e reforçou, também, que o INSS estaria sofrendo bastante com as diversas e constantes  
113 mudanças de gestão. O **Conselheiro José Roberto Ferreira Savoia** informou que divulgou informação no grupo do CNPS,  
114 enviada pelo responsável do atuário da Marinha e preparada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECON),  
115 sobre os grandes avanços obtidos no combate às fraudes. Comentou que as dificuldades são muito exploradas, mas as  
116 soluções dadas são pouco divulgadas, o que gera deficiência de comunicação. Solicitou que a atividade do Conselho  
117 estivesse mais relacionada ao levantamento e divulgação dos avanços obtidos devido ao desconhecimento existente,  
118 inclusive, com relação aos benefícios assistenciais, como Auxílio Brasil e a renda permanente que estaria sendo instituída.  
119 O **Conselheiro Ariovaldo de Camargo** pontuou que seria importante ter conhecimento das ações e salientou que o valor  
120 do Programa Auxílio Brasil (PAB) seria aquém das necessidades. Relatou que a grande preocupação seria a utilização dessa  
121 política permanente para substituição, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou de outro benefício  
122 vinculado ao salário mínimo. O **Conselheiro José Roberto Savoia** explanou que a experiência internacional demonstra que  
123 o benefício de renda única se assemelha a 50% do salário mínimo dentro dos países que praticam esse tipo de política, no  
124 entanto, discorreu que não foi possível definir esse valor nessa etapa. Lembrou que o BPC seria benefício constitucional e  
125 a sua mudança não chegou a ser cogitada. O **Sr. Presidente** solicitou que a discussão fosse focalizada na Previdência Social  
126 para que não se invadissem as competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Finalizado o segundo ponto  
127 de pauta, instou-se o terceiro ponto: Apresentação dos resultados sobre o Acordo Judicial com MPF e DPU sobre prazos  
128 de concessão. Com a palavra, o **Sr. Reginaldo Jose dos Santos** cumprimentou a todos e registrou que estavam apoiando  
129 os trabalhos da Coordenação-Geral de Gestão da Experiência do Usuário e Canais (CGEUC/INSS), especialmente, na gestão  
130 de filas. Comentou que uma das determinações seria no sentido de otimizar ao máximo a força de trabalho após o advento  
131 do direcionamento das tarefas. Explanou que seria realizado, de forma remota e instantânea, o acompanhamento preciso  
132 da redução das tarefas de benefícios com a instituição do requerimento eletrônico digital, em junho de 2018. Apresentou  
133 gráfico com o estoque do Reconhecimento Inicial de Direito entre março de 2021 e maio de 2022, com a comparação  
134 entre o número de processos requeridos, despachados e em estoque. Destacou que o estoque vem sendo reduzido ao  
135 longo do tempo, apesar das dificuldades existentes, havendo média de 1,7 milhão de processos. Pontuou que poderão  
136 continuar com a tendência de redução do estoque com o retorno dos servidores em greve, com o acordo de realização de  
137 tarefas extraordinárias e com a possibilidade de realização de concurso público. Em seguida, apresentou a evolução do  
138 alinhamento realizado no Termo de Acordo com relação ao Tempo Médio de Concessão de benefícios para concessão  
139 deles. Registrou que se acordou prazo de 60 dias para Pensão por Morte Previdenciária e Auxílio Reclusão, e que estavam  
140 buscando alcançar esse objetivo desde janeiro de 2021. Com relação à Aposentadoria por Idade, informou que  
141 conseguiram cumprir o prazo acordado de 90 dias, devido ao nível de automação alcançado. Discorreu que a  
142 Aposentadoria por Tempo de Contribuição também possui prazo de 90 dias a ser alcançado, e observou que haveria

tendência de queda ao longo do tempo. Quanto à Aposentadoria Especial, explanou que haveria grande oscilação por se tratar de benefício que não possui muita demanda, porém, alegou que sempre estão buscando cumprir o prazo acordado de 90 dias. Arrazouo que a Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor possui grande demanda e necessitaria de comprovação de vínculos no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o que prejudicaria a concessão do benefício de forma célere e o cumprimento do prazo estabelecido de 90 dias. Com relação ao Auxílio Salário Maternidade, salientou que se trata de benefício de grande urgência, que ao longo do tempo foram realizados trabalhos de automação para concessão rápida, sendo que conseguiram chegar próximo aos 30 dias estabelecidos no acordo. Salientou que o Amparo Social ao Idoso seria um benefício de grande preocupação no INSS, por envolver demandas da assistência social e por isso possui prazo alongado. Prosseguindo, apresentou o acompanhamento dos estoques de agendamentos de Perícias Médicas Federais por competência e explicou que, o incremento existente nos meses de março e maio, seria resultado das remarcações em virtude da greve. Expôs os valores de juros pagos pelo INSS para os benefícios pagos após 45 dias e os valores separados por espécie de benefício, o que totalizaram R\$ 13.634.722,09. Por fim, elencou as ações integradas realizadas visando a redução do estoque: encontro com os gestores na Direção Central e Superintendências Regionais; reunião rotineiras com as Centrais de Análise para acompanhamento da produtividade; 19 capacitações nas áreas de reconhecimento de direito previstas para o ano de 2022; e automatização supervisionada. Explanou que as automações são acompanhadas e cerca de 10% dos requerimentos são despachados automaticamente, o que mostraria que o INSS ainda tem muito a crescer. Iniciados os debates, a **Conselheira Tônia Galleti** observou que estariam havendo muitas inconsistências nos sistemas do INSS, dificultando bastante a atuação. Questionou quais seriam os motivos dessa situação. O **Sr. Francisco Pegado** parabenizou pela explanação e indagou se haveria alguma previsão contábil/orçamentária para atendimento às demandas judiciais. O **Conselheiro Evandro Morello** desculpou-se por não ter cumprimentado os presentes em sua fala inicial e observou que o estoque do atendimento inicial refletiria nas estratégias adotadas pelo INSS. Questionou quando o índice de indeferimento de benefício, que estaria em torno de 46%, seria cruzado com as demandas judiciais, e recordou que havia grande estoque de processos na Junta de Recursos do Conselho de Recurso da Previdência Social (CRPS). Destacou o alto índice de benefícios rurais, especialmente, de aposentadorias pagas por decisões judiciais, e ponderou que haveria situações de indeferimento que poderiam ser evitadas com a criação de outra ferramenta para evitar os erros de análise. Reforçou que as inconsistências nos sistemas do INSS têm sido recorrentes. O **Conselheiro Sebastião Faustino** confirmou a existência de inconsistências, especialmente, em relação ao Aplicativo “Meu INSS”, mas que seria realizada reunião da Diretoria da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV) com o INSS, e os respectivos coordenadores de Diretoria Tecnologia da Informação e Inovação (DTI), para tratar desse assunto. O **Sr. Jobson Sales** complementou que foram contratados dois cursos sobre manejo de incidentes em informática dos Estados Unidos para os técnicos da DTI, dada a dificuldade de ter alto nível de percepção. Explanou que um curso estaria finalizado e outro em andamento. Informou que o INSS publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a contração de *links* de *internet* para todas as agências do INSS do país, para diminuição da quantidade de incidentes. Em resposta ao Sr. Francisco Canindé, o **Conselheiro Sebastião Faustino** esclareceu que haveria previsão orçamentária para pagamento das demandas judiciais. Com relação à implantação de benefício administrativo ou abertura para reanálise, explanou que seria um ponto

em análise no âmbito da Diretoria de Benefício para que possam avançar nesse sentido. O **Sr. Jobson Sales** lembrou que o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) finalizaram estudo sobre a judicialização previdenciária, especificamente, da Previdência Social. Discorreu que esse estudo possui várias conclusões, inclusive, contraintuitivas e outras causalidades da judicialização, como por exemplo, o nível de engajamento e participação da advocacia previdenciária local. Concordou com o posicionamento de que o INSS e o CRPS poderiam criar e aperfeiçoar mecanismo internos para a diminuição da fiscalização e pontuou que, em sua opinião, o efetivo funcionamento, e operacionalização do CRPS, seria parte importante desse processo. Citou que a *Software Supertech* averiguaria, por amostragem, a acurácia e quantos benefícios analisados estariam corretos e, como sugestão, poderia abrir, de ofício, àqueles que estiverem incorretos para que não haja judicialização. Relatou que compartilharia o estudo do INSPER, caso fosse possível. O **Conselheiro Ariovaldo de Camargo** questionou sobre os motivos de manutenção do decreto utilizado pelos servidores do INSS para não concessão de Pensão por Morte Previdenciária àqueles que não possuem comprovação de união estável, uma vez que certamente haveria judicialização. O **Sr. Presidente** explanou que esse tema seria objeto de um grupo que trata da desjudicialização envolvendo a Procuradoria-Geral Federal (PGF) e a Secretaria de Previdência, o qual estaria buscando identificar as possibilidades de adequações. Relatou que não poderiam se pautar pela decisão meramente jurisprudencial, pois estariam transferindo a governança do sistema para o Poder Judiciário. Explicou que qualquer alteração legal feita pelo Congresso Nacional, ou por meio de desjudicialização, deve ser incorporada na projeção da LOA para cobertura dos benefícios. Finalizado o terceiro ponto, instou-se o tema acrescentado ao início da reunião: Funcionamento do CNPS. Com a palavra, o Conselheiro Ariovaldo de Camargo registrou que vários conselhos que possuem representação das centrais sindicais retomaram a realização de reuniões presenciais, com isso externou a sua preocupação de que estariam exercendo uma atribuição fundamental sem uso da capacidade máxima, seja com apresentação de sugestões e propostas para solucionar os problemas. Pontuou que o CNPS tem funcionado, mas não com a qualidade necessária devido à dispersão que as reuniões virtuais podem acarretar, e que deveriam ponderar sobre o retorno das reuniões presenciais que, em sua opinião, possuem mais efetividade e maior participação dos membros. O **Sr. Francisco Canindé** registrou que os demais conselhos em que participa também possuem pedidos para examinar o retorno das reuniões presenciais, e observou que esse retorno dependeria da análise das condições materiais e econômicas. O **Sr. Presidente** lembrou que havia realizado ressalva com relação à solicitação anterior do Conselheiro Ariovaldo de Camargo sobre a realização de reuniões híbridas, e arrazoou que essa solicitação foi debatida com a equipe, analisando a situação dos demais conselhos. Comentou que não haveria condições de realizar reuniões híbridas com a qualidade das reuniões presenciais ou virtuais. Afirmou que realizaria consulta a cada conselheiro, para mapeamento dos seus posicionamentos, a fim de que fosse avaliada a oportunidade e a conveniência da retomada das reuniões presenciais do CNPS. Registrou que tem buscado manter dedicação exclusiva para a reunião do CNPS e reputou que poderia ser desejável realizar as reuniões presenciais, mas não poderiam argumentar que as decisões não estariam sendo tomadas.

#### IV – INFORMES

O **Sr. Presidente** informou sobre assinatura do Acordo Internacional de Previdência Social entre o Brasil e Áustria na última semana, o qual será remetido ao Congresso Nacional, para ratificação. Justificou a ausência do Conselheiro Natal Léo



213 devido à existência de agenda concomitante. O **Sr. Francisco Canindé** comunicou sobre a necessidade de retorno imediato  
214 do GT Crédito Consignado e relatou que recebeu denúncia do Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON), realizada  
215 pela Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (CENTRAP) contra o Banco PAN que, em resumo, realizou  
216 empréstimo consignado ao Sr. Ademir Aparecido sem o seu consentimento, utilizando o nome da CENTRAP. Destacou que  
217 esse caso traria a constatação de que o assédio e a fraude persistem de forma aperfeiçoada. Citou outros casos em que  
218 foi utilizado novamente o nome da CENTRAP e do INSS para tentativas de fraudes e ratificou a importância de retomar as  
219 discussões do GT, uma vez que não houve mudança efetiva no combate ao assédio. O **Sr. Presidente** solicitou que os casos  
220 relatados fossem encaminhados à Secretaria Executiva do CNPS para que fossem enviados às instituições financeiras.  
221 Registrou que solicitaria ao Conselheiro Paulo Augusto Ferreira Bouças que verificasse a situação junto as suas  
222 representadas e que a reunião do GT Crédito Consignado seria oportunamente convocada. Observou que as situações  
223 relatadas seriam enquadradas como crimes e deveriam ser registradas em boletim de ocorrência. Informou que a próxima  
224 reunião será realizada no dia 30 de junho de 2022.

225 **VI – ENCERRAMENTO**

226 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 289ª Reunião Ordinária  
227 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Larissa Claudia  
228 Lopes de Araújo redigi, e Maria Velloso, Coordenadora-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados e Secretária Executiva do  
229 CNPS, lavrou a presente ata, que após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 26 de maio de 2022.